

## **CURSO PRÁTICO E TEÓRICO SOBRE OS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIAS E PENSÃO POR MORTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)**

ATUALIZADO COM BASE NAS PORTARIAS 1.467/2022 DO MTP E 10.360/2022 DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### **Justificativa**

Considerando que desde o advento da Constituição Federal de 1988, tivemos várias alterações, neste ordenamento jurídico, principalmente no tocante a parte previdenciária, seja quanto ao custeio e benefício. Considerando ainda que, a concessão de benefícios está condicionada à legislação que vigorava à época, bem como que as diversas Emendas à Constituição Federal criaram regras de transição, com o objetivo de obter segurança jurídica, é necessário que se analise caso a caso.

Considerando, por fim, a quantidade de mudanças ocorridas e as várias possibilidades de casos que possam surgir, quando da concessão de benefícios assegurados pelos Regimes Próprios de Previdência Social, se faz necessário que os servidores públicos responsáveis pela análise e concessão dos benefícios dos servidores públicos estejam capacitados para esse fim.

### **Objetivos**

Considerando que a EC nº 103/2019, delegou aos entes da Federação competência para legislar sobre as regras de acesso aos benefícios previdenciários, forma de cálculo e critérios de reajustamento e que muitos não fizeram, o Ministério do Trabalho e Previdência editou a Portaria 1.467/2022, a qual traz regras para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sendo assim, todos os servidores públicos de toda esfera pública, deve se inteirar dessas mudanças, pois são essas bases que serão utilizadas para a análise e concessão de benefícios assegurados aos servidores pelos Regimes Próprios de Previdência Social.

Além de obter todo o conhecimento da Portaria nº 1.467/2022, o participante adquirirá conhecimentos suficientes e necessários que possibilitem a aplicação correta das normas inerentes aos procedimentos concessórios e de cálculos de proventos de aposentadorias e pensões no serviço público, bem como das Emendas à Constituição Federal nºs 20/1998; 41/2003; 40/2012; 70/2012; 88/2015 e 103/2019 e das leis 8.213/91; Decreto 3.048/99 3 a IN nº 77/2015 e IN nº 128/2022.

Esclarecer sobre os critérios e requisitos para a obtenção das Aposentadorias Especiais para os servidores expostos a agentes nocivos, com deficiência e agentes de segurança, analisando as decisões do STF sobre o tema;

Será abordado e analisado todo o conteúdo da EC nº 103/2019 que trouxe profundas mudanças nos benefícios dos servidores públicos.

Com isso, irá permitir ao participante, obter conhecimentos teóricos e práticos, concernentes ao RPPS e suas modificações, colocando em prática, no dia a dia, ampliando sua capacidade para identificar e solucionar problemas tanto da área de pessoal, bem como na concessão de benefícios, além de reciclar o servidor que já atua na área.

Também será abordado todo o assunto atinente às leis 13.135/2015 e a 13.846/19, que trouxeram modificações na concessão de pensão por morte, proporcionando o pleno conhecimento da legislação Constitucional e infraconstitucional sobre a matéria, com base na doutrina e doutrina atualizada de forma teórica e prática.

### **Público-alvo**

Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais, da Administração Direta e Indireta, Autarquias e Fundações, principalmente os profissionais que atuam com a Previdência dos Servidores Públicos (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), bem como os atuantes nas áreas de Recursos Humanos, Administrativa, Jurídicas, de Auditoria Interna e Externa de Controle da Administração e demais pessoas interessadas pelo assunto.

### **Conteúdo Programático:**

#### **MÓDULO I – DA CONTRATAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO**

1 – Breve relato sobre o ingresso no serviço público

- 1.1 - Regime Jurídico Único
- 1.2 - Concurso Público, posse, exercício, estabilidade, disponibilidade
- 1.3 - Provimento:

## **MODULO II - DAS NORMAS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O RPPS**

### **2 - Introdução**

- 2.1 - Dos Contribuintes para o RPPS
- 2.2 - Do Princípio da Contributividade
  - 2.2.1 - Da Contribuição Previdenciária: alíquotas e base de cálculos
  - 2.2.2 - A Contribuição Previdenciária do RPPS da União
  - 2.2.3 - A Contribuição Previdenciária do RPPS dos Estados, do DF e dos Municípios
  - 2.2.4 - Das Alíquotas progressivas
  - 2.2.5 - Das Alíquotas Uniformes
  - 2.2.6 - Da Isenção do Aposentado e do Pensionista portador de doença incapacitante

## **MÓDULO - III - DA SEGURIDADE SOCIAL E DA PREVIDENCIA SOCIAL**

### **3 - Introdução**

- 3.1 - Evolução histórica da Seguridade Social e da Previdência Social.
- 3.2 - Conceito de Seguridade Social
- 3.3 - Princípios da Seguridade Social
- 3.4 - Organização da Seguridade Social, pós Constituição/88
- 3.5 - Dos Regimes de Previdência
  - 3.5.1 - Regime Geral da Previdência Social (RGPS)
  - 3.5.2 - Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)
  - 3.5.3 - Regime de Previdência Social dos Militares (RPSM)
  - 3.5.4 - Regime de Previdência Complementar (RPC)

## **MÓDULO IV - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS**

### **4 - Introdução**

- 4.1 - Artigos 37 a 41, quanto aos RPPS e artigos 195 quanto ao RGPS
- 4.2 - Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985
- 4.3 - Lei Complementar nº 142, de 08 de maio de 2013
- 4.4 - Lei Complementar nº 152, de 03 de dezembro de 2015
- 4.5 - Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998
- 4.6 - Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999
- 4.7 - Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
- 4.8 - Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012
- 4.9 - Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990

## **MÓDULO V - DAS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA MTP Nº 1.467/2022**

### **5 - Introdução**

- 5.1 - Conceitos Gerais
- 5.2 - Conceitos da Portaria 1.467/2022
  - 5.2.1 - Regime jurídico funcional
  - 5.2.2 - Regime previdenciário
  - 5.2.3 - Benefícios previdenciários
  - 5.2.4 - Tempo de serviço / contribuição
  - 5.2.5 - Tempo de efetivo exercício
  - 5.2.6 - Tempo na carreira
  - 5.2.7 - Tempo no cargo
  - 5.2.8 - Fixação da data de ingresso no serviço público
  - 5.2.9 - Averbação do tempo de serviço/contribuição

5.2.10 - Expedição das certidões de tempo de serviço/contribuição

5.2.11 - Abono de permanência

## **MÓDULO VI – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS**

### **6 - Introdução**

6.1 - Definição e espécies

## **MÓDULO VII – HISTÓRICOS DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS**

### **7 - Introdução**

7.1 - Da Emenda Constitucional nº 03/1993

7.2 - Da Emenda Constitucional nº 20/1998

7.3 - Da Emenda Constitucional nº 41/2003

7.4 - Da Emenda Constitucional nº 47/2005

7.5 - Da Emenda Constitucional nº 70/2015

7.6 - Da Emenda Constitucional nº 88/2015

7.7 - Da Emenda Constitucional nº 103/2019

## **MÓDULO VIII – DAS REGRAS DE ACESSO, CÁLCULO E REAJUSTAMENTO DAS APOSENTADORIAS DO RPPS**

### **8 - Introdução**

8.1 - Da Forma de Cálculo e do Reajustamento

8.2 - Da Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho

8.3 - Da Aposentadoria Compulsória

8.4 - Da Aposentadoria Voluntária

## **MÓDULO IX – DAS REGRAS DE ACESSO, CÁLCULO E REAJUSTAMENTO DAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS DO RPPS**

### **9 - Introdução**

9.1 - Da Aposentadoria do Servidor com Deficiência

9.2 - Da Aposentadoria Especial dos Policiais e dos Agentes Penitenciários e Socioeducativos

9.3 - Da Aposentadoria Especial pelo Exercício de Atividades com Efetiva Exposição a Agentes Nocivos

9.4 - Da Aposentadoria Especial do Professor da Educação Básica

## **MÓDULO X – DA PENSÃO POR MORTE DOS SEGURADOS DO RPPS**

### **10 - Introdução**

10.1 - Da Pensão por Morte do Segurado do RPPS da União e do RPPS dos Entes que adotaram as mesmas Regras dos Servidores Federais

10.2 - Pensão por Morte dos Segurados do RPPS dos Entes Federativos que não Modificaram sua Legislação

## **MÓDULO XI – DA ACUMULAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

### **11 - Introdução**

11.1 - Da Vedação de Acumulação de Benefícios Previdenciários

11.2 - Das Acumulações Permitidas de Benefícios Previdenciários

11.3 - Das Disposições Gerais sobre o Tema

## **MÓDULO XII – DO ABONO DE PERMANÊNCIA**

### **12 - Introdução**

12.1 - Do Abono de Permanência do Servidor Público Federal e dos Servidores dos Entes Federativos que adotaram as Mesmas Regras da União

12.2 - Do Abono de Permanência dos Servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

## **MÓDULO XIII – DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO**

### **13 - Introdução**

- 13.1 – Regra de Transição do Servidor Público Federal e do Servidor do Ente Federativo que adotou as mesmas Regras da União – Sistema de Pontos
- 13.2 – Regra de Transição do Segurado Público Federal e do Servidor do Ente Federativo que adotou as mesmas Regras da União – Pedágio Constitucional
- 13.3 – Regras de Transição dos Servidores dos Estados, Distrito Federal e Municípios que não Modificaram sua Legislação.

## **MÓDULO XIV – DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS**

### **14 introdução**

- 14.1 – Regras de Transição do Professor da Educação Básica da União e do Professor do Ente Federativo que adotou as mesmas Regras da União
- 14.2 – Regras de Atividades com efetiva Exposição a Agentes Nocivos – A Regra de Transição do Servidor Público Federal e do Servidor do Ente Federativo que adotou as mesmas Regras da União
- 14.3 – Regras de Transição do Policial Civil, do Agente Socioeducativo e do Agente Penitenciário da União e do Policial ou Agente do Estado que adotou as mesmas Regras da União

## **MÓDULO XV – DO DIREITO ADQUIRIDO À APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO**

### **15 – Introdução**

- 15.1 – Do Direito adquirido com a EC nº 103/2019
- 15.2 – Do Direito adquirido dos Servidores Públicos à Aposentadoria Voluntária Normal
- 15.3 – Do Direito adquirido dos Professores da Educação Básica à Aposentadoria Voluntária Especial
- 15.4 – Do Direito adquirido dos Servidores Policiais da Segurança Pública da União e dos Estados que fizeram Reforma Previdenciária
- 15.5 – Do Abono de Permanência na Regra do Direito Adquirido

### **Instrutor**

**Domingos Vasco** - advogado especialista na área trabalhista e previdenciária. Foi por mais de 20 anos consultor jurídico da Consultoria IOB. É pós-graduado em Direito Previdenciário pela Escola Paulista de Direito Social – EPDS. Foi membro do Conselho Técnico da Área Trabalhista e Previdenciária, na edição do Livro “ENTENDIMENTOS SOBRE QUESTÕES POLÊMICAS DO DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO”, publicado pela IOB THOMSON, em 2007 e Autor do Livro “INSS NA CONSTRUÇÃO CIVIL”, editado e publicado pelo IOB, em 2012, já na 3ª edição.

### **Informações e inscrições:**

**Data:** 10 e 11 de outubro de 2024

**Horário:** 8h às 12h e 13h30 às 17:30

**Carga Horária:** 16 h/a.

**Cidade:** Porto Velho/RO

**Local:** HOTEL ECOS CLASSIC – Rua Paulo Leal, 611- Centro.

**Incluso:** Pasta em couro ecológico, Apostila, Caneta com marca texto, Certificado e Coffee Break.

**Investimento:** R\$ 1.980,00

**Contato:** 0800 724 7720 ou 67 3348 3300

**E-mail:** [contato@supercia.com.br](mailto:contato@supercia.com.br)

### **Dados para Empenho:**

**Supercia Capacitação e Marketing Ltda**

CNPJ: 11.128.083/0001-15

Av. Eduardo Elias Zahran, 420 - Jardim Paulista – Campo Grande - MS - 79050-000

Certidões Negativas: <http://www.supercia.com.br/certidoes>

**Dados Bancários: Banco do Brasil:** Ag. 2936-X c/c: 132867-0

**Importante:**

**Política de cancelamento ou adiamento de inscrições de cursos:**

Por Iniciativa da **SUPER CURSOS**: o curso poderá ser cancelado ou adiado por falta de quórum ou outras razões, com 24 horas de antecedência da data prevista para seu início.

Por Iniciativa do Participante: O cancelamento deverá ser solicitado até 72 horas de antecedência do início do curso, após este prazo não haverá devolução do valor pago. Há possibilidade de substituição do participante.